

“Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza. (1839-1876)

So much rain and no vegetables”: Flooding, politics and press in Fortaleza (1839-1876)

Emy Falcão Maia Neto *

Doutorando em História - UFC
emyhistoria@gmail.com

RESUMO: Na cidade de Fortaleza, quando a água não escorria, a tinta fluía nos periódicos políticos – os liberais *Diário da Assembleia Provincial* e *O Cearense* e os conservadores *Dezesseis de Dezembro* e *Pedro II*. Utilizando-se de uma articulação entre história ambiental e história cultural, buscou-se discutir como as enchentes eram dadas a ler e que mecanismos elas acionavam no cotidiano da cidade, bem como a relação entre as obras públicas e os alagamentos. O recorte inicial é 1839, ano da “catastrófica” chuva que provocou muitos estragos em Fortaleza, e o final, o ano de 1876, anterior a “grande seca de 1877”.

Palavras- chave: Fortaleza; imprensa; alagamento

ABSTRACT: *In the city of Fortaleza, when it did not rain, it was ink that flowed in the political periodicals – the liberal newspapers Diário da Assembleia Provincial and O Cearense and the conservative Dezesseis de Dezembro and Pedro II. Marrying environmental and cultural history, we attempt to discuss how the floods were interpreted and what mechanisms they set in motion in the city’s daily life, as well as the relation between the floods and public works. The initial year is 1839, the year of the “catastrophic” rains that caused much damage to Fortaleza, and the final one is 1876, before the “great drought of 1877”.*

Keywords: *Fortaleza; press; flooding*

* É doutorando em História – Universidade Federal do Ceará/UFC. Foi um dos organizadores do livro “Natureza e Cultura: capítulos de história social” (2013) e autor dos artigos “A teima das águas: chuvas, riachos e obras públicas em Fortaleza (1810-1856)” – no livro citado – e “Do banho de chuva e outras danças: sociabilidades nos tempos de meninos em Fortaleza (1890-1940)” – Revista Saeculum (2012).

O Ceará é frequentemente denominado Fortaleza, devido ao velho forte construído na praia, para defesa do porto. Do mar, pouca cousa se avista da cidade, além do forte e algumas choupanas que o flanqueiam de ambos os lados. À esquerda da cidade desemboca um riacho cujas margens são guarnecidas de coqueiros, motivo ornamental que se assinala em todas as paisagens nordestinas. [...] A primeira cousa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia. Se se anda a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, ela os queima, e, se sopra o vento, a areia enche-nos os olhos. São de areia o leito das ruas e os passeios laterais, com exceção dos pontos pavimentados com lajes e tijolos. Quer se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre e não raro são necessários dez bois para tirar um só carro. [...] A cidade tem progredido durante os últimos anos. Diversos prédios estavam em construção por ocasião de nossa visita

(KIDDER, 1997, p. 135-137).

A paisagem de Fortaleza construída por Daniel Kidder – em 1839 – não é muito diferente das imagens das praias cearenses dadas a ver em atuais folhetos de viagem: mar, areia e coqueiros. Além disso, um pequeno rio e algumas construções completam o cenário que, diga-se de passagem, é pouco imaginado entre os fortalezenses – apenas viajantes pouco avisados esperam encontrar isso na cidade atualmente. O que não é novidade para os locais é que em Fortaleza chove, e muito.

Segundo José Liberal de Castro (1977, p. 13), Fortaleza recebia queda pluviométrica anual igual ou às vezes superior às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e espalhadas, em maior parte, em um intervalo de apenas quatro meses. No período de 1849 até 1876 choveu em Fortaleza em média 1492 milímetros, com anos superando os 2000 milímetros – não há estatística para o período de 1839 a 1848 (Studart, 2010, p. 246). Contudo, um grande volume de chuva não representa necessariamente enchente. Há de se levar em consideração que “*se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, as enchentes dizem respeito ao escoamento dessas chuvas*” (Maia; Sedrez, 2011, p. 226). Assim, a história das enchentes em Fortaleza se relacionava de forma direta com as intervenções realizadas na cidade.

Segundo Janes Jorge (2011, p. 2) – partindo das considerações do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito –, as cheias por si só não eram prejudiciais aos intuitos humanos: sua propriedade fertilizante era conhecida pelo homem desde a antiguidade. Elas tornaram-se problema com o estabelecimento de determinados aglomerados humanos, ou

seja, as enchentes estão atreladas à vontade de domar as águas. Em Fortaleza, algumas dessas intervenções – com o intuito de domar as águas – acontecem no primeiro governo como presidente da província do senador José Martiniano de Alencar – 1834 até 1837 – quando foram construídos o açude do Pajeú e o chafariz do Largo do Palácio.

Optou-se por iniciar o recorte pelo registro de uma enchente “catastrófica” em 1839 – segundo classificou o presidente da província – que decorreu diretamente de obras públicas realizadas no período anterior.¹ O recorte final se dá em 1876, ano anterior a “grande seca” de 1877 quando, com a chegada de grande número de retirantes, foram realizadas novas intervenções urbanas – utilizando essa mão de obra – e registradas chuvas anuais inferiores a sua média – 469 mm e 507 mm, respectivamente para os anos de 1877 e 1878 (Studart, 2010, p. 246).



Na madrugada de 26 para 27 de maio de 1839, após um rigoroso inverno, quando caíra sobre a cidade uma intensa chuva, a barragem que estava sendo construída na lagoa do Garrote se rompeu. Com isso, a água fluiu com grande força ao antigo receptáculo: o açude do Pajeú. Com a iminência de um desastre decidiu-se arrombar o açude em alguns pontos escolhidos para impedir a destruição das construções existentes na rua dos Mercadores. Contudo, a força das águas destruiu o chafariz do Largo do Palácio e parte do açude e arrastou plantações que eram abundantes naquela região. O presidente da província – João Antonio de Miranda – em seu discurso realizado na abertura da assembleia provincial classificou o episódio como uma “catástrofe”.² Segundo João Brígido (1912, p. 95), durante o “grande inverno de 1839” estabeleceu-se correntes de águas que permaneceram por várias semanas enchando as ruas de Fortaleza, mesmo após as chuvas cessarem.

O chafariz e o açude tinham sua existência ligada à administração do senador José Martiniano de Alencar, chefe do Partido Liberal no Ceará e presidente da província. Assim, mais do que distribuir e acumular água, respectivamente, eram monumentos que faziam lembrar o governo de Alencar. Por isso, não eram bem vistos pelos conservadores que em 1839 governavam a província. Este embate pode ser acompanhando relacionando os discursos, relatórios e falas dos presidentes de província com os periódicos da época.

Infelizmente, entre os exemplares existentes, apenas *O Correio da Assembleia Provincial* – segundo Geraldo Nobre (2006, p. 71), folha impressa no prelo comprado pelo chefe liberal José Martiniano de Alencar quando presidente da província – trás referências à discussão. Existem números da folha conservadora *Dezesseis de Dezembro* na Biblioteca Nacional, no entanto, tratam de período posterior à enchente. Contudo, por meio das páginas do “Correio” é possível perceber um diálogo com o “Dezesseis” – este sendo constantemente citado naquele. Assim, apesar de ter lamentado os estragos ocorridos no seu discurso – por

ocasião da abertura da Assembleia Provincial –, o presidente João Antonio de Miranda é acusado pelo “Correio” de celebrar a queda das duas construções. Segue trecho:

Com o desastre do dia 27 de Maio [...] Estam satisfeitos os desejos dos detractores do Illustre Senador Alencar! Desde a administração do Sr. Manoel Felisardo, que trabalham por destruir a obra do Chafariz do largo do Palácio, já quebrando e entupindo as bicas, já escavando o paredão, já finalmente deteriorando as agoas com lavagens de cavallos, etc. etc. [...] Tendo nós ategora visto com quanto desprezo, ou antes com que proposito se tem trabalhado por se destruir uma obra que, por fazer mais querido o nome do Sr. Alencar, já por sua utilidade, já por muito concorrer para o aformoseamento da Cidade; passemos adiante.³

As águas que caíam – ou não – do céu propiciaram momentos importantes para a política local. Conservadores e Liberais aproveitavam esses momentos gastando tinta em seus periódicos com acusações sobre os culpados pelos transtornos e prejuízos. Com a escolha do conservador Manoel Felisardo de Souza e Melo a presidência provincial, houve – segundo acusações dos liberais – por parte do novo governo uma movimentação em busca de desqualificar ou minimizar as obras realizadas no governo de Alencar. Anos depois (1847), o colunista do periódico liberal *O Cearense* ainda lembrava e culpava não a chuva, mas os governantes conservadores pela queda do chafariz e do açude.⁴ Em comum, os dois artigos apontavam que na incapacidade de demolir – uma vez que era notória a utilidade das construções – os conservadores preferiram deixar o chafariz ruir com o passar do tempo, na esperança de que a memória de Alencar tomasse o mesmo destino. No entanto, faz-se necessário atentar que esse era um artifício – entre muitos outros – de que os dois partidos lançavam mão quando podiam.

Quando a barragem rompeu, os conservadores tentaram ressignificar os sentidos dos “monumentos de Alencar”. O açude e o chafariz que “davam de beber” e “aformoseava a cidade” foram transformados em símbolos do descaso do ex-presidente com as obras públicas erigidas em seu governo. Mais tinta gastou-se nesse embate... No entanto, voltando às narrativas produzidas sobre a “grande chuva de 1839”, percebe-se uma relação entre as intervenções impostas ao espaço e as venturas trazidas pelas águas. Sem as barragens – a construída no governo dos conservadores [Pajeú] e a construída no dos liberais [Garrote] – possivelmente a água, que tanto estrago causou, teria corrido pelo riacho Pajeú e deste até o mar. Exigindo, no máximo, maior espaço nas suas margens, fertilizando a região que era largamente utilizada para lavoura no período. Além disso, com a barragem, uma faixa de terra que era de “várzea” foi ocupada uma vez que com o riacho represado o seu volume diminuiu. O riacho perene passou a secar. Há uma mudança na dinâmica da ocupação em Fortaleza que se relaciona de forma franca com os caminhos das águas.

É oportuno lembrar que esses momentos eram propícios para as negociações políticas. Em 1839, o presidente João Antonio de Miranda encerrou seu discurso, após lamentar os estragos ocasionados pela chuva às obras públicas, pedindo aos deputados recursos para

empreender as “melhorias necessárias a província”.⁵ Anos depois, em 1847, foi o Largo do Palácio que precisou de reparos após uma nova temporada de chuvas. Foi necessária a construção de uma muralha de 384 palmos de extensão para conter o deslocamento do aterro que tornou “intransitável” a passagem.⁶ No ano seguinte, foi preciso construir uma calçada para segurar “o paredão do Largo do Palácio”.⁷ Em 1854, paredão e calçada careciam de reforma.⁸

As grandes chuvas não eram raras na capital. Apenas no período da pesquisa, choveu com status de enchente – quando houve reclamação ou demanda por intervenções públicas – em 1842, 1847, 1849, 1851, 1852, 1854, 1855, 1856, 1858, 1865, 1866, 1868, 1870, 1872, 1873, 1875, 1876 e, com exceção de 1845 – quando foram mais escassas –, em todos os outros anos choveu regularmente na cidade.

A ocupação da região de Fortaleza, segundo Liberal de Castro (1977, p. 30), se deu partindo do Forte e seguindo a ribeira ocidental do Pajeú. Para esses moradores residir próximo à aguada era vantajoso e desejado. Não é difícil imaginar que, num período no qual não havia redes de abastecimento e descarte de água, essa proximidade era oportuna – suprimindo as necessidades por água, levando para longe as águas servidas e possibilitando a agricultura.

No século XIX, inicia-se um distanciamento dessas aguadas. Fabio Alexandre dos Santos (2011, p. 129-130) observou que em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, a proximidade com a água era vista como um fator de desvalorização dos terrenos e a altitude um elemento de valorização. Em Fortaleza, a circulação desses novos conceitos de morar bem e salubridade oportunizaram um deslocamento dos mais ricos à parte alta da cidade – longe do riacho Pajeú que passou a ser visto como foco de emanações. No entanto, esse deslocamento não estava disponível a todos os bolsos. Morar longe do Pajeú significava empreender esforços para abastecer a casa com água: construir ou mandar construir uma cacimba ou buscar, mandar buscar ou comprar água. Cada vez mais “*era emblemático como a topografia da cidade acabava por expressar o abismo social (...)*” (JORGE, 2006, p. 49). A proximidade com a água – um dos motivos que levou à escolha da região para a instalação do Forte que deu nome à cidade – foi tornando-se dispensável aos que podiam pagar.

Além dos miasmas, a recorrência de alagamentos influía para esse deslocamento. Em 1855, do dia 15 para o dia 16 de abril:

Choveu 5 horas chuva forte, de modo que agoa allagou as ruas, entrou por quasi todas as casas terreas, deitou muros à baixo, e fasendo outros prejuisos. Foi a maior chuva que nestes 6 annos e tem cahido nesta cidade, medio canada e meia d’agua por palmo quadrado de superficie, ou 150 canadas por braça quadrada.⁹

A nota não aponta onde ocorreram os alagamentos. No entanto, é de se imaginar que tenha se dado na rua dos Mercadores – uma das mais antigas da cidade, chamada também de rua de Baixo – e que ficava às margens do riacho Pajeú, na parte baixa da cidade. A ribeira

do Pajeú ficava entre o Outeiro da Prainha e a “lombada” onde está atualmente o Centro da cidade. Segundo Raimundo Girão (1979, 24-35), o riacho Pajeú recebia água de afluentes – atualmente inexistentes – que escorriam desses pontos mais altos alimentando o riacho.

João Brígido (1912, p. 88) escreveu que “*desde o fim do século passado [século XVIII] já existia, mais ou menos, casas de taipa, na ala oriental da rua dos mercadores, hoje Conde d’eu (...)*”. Assim, apesar do silêncio dos periódicos – *O Pedro II* não noticiou esses alagamentos –, eram os moradores das casas de taipa os mais afetados com as cheias – uma vez que as “novas moradas elegantes” eram construídas na parte mais alta da cidade, reservando aos pobres a área baixa.

Com o aumento das construções na parte alta da cidade e a pavimentação das ruas – ocorridos na segunda metade do século XIX – as águas encontravam novas barreiras para fluir, gerando outros pontos de alagamento. Em 1859, *O Cearense* publicou nota sobre mais alagamentos na cidade:

O mal feito empedramento que se está fazendo na rua da Palma desta cidade, para consumir-se o dinheiro publico, vai já produzindo seos desastrosos effeitos. Na primeira chuva do dia 7 do corrente as agoas de enchorrada na rua, não achando exgoto, porque assim approuve á sciencia dos nossos engenheiros, estavam á ponto de innundar as casas dos moradores visinhos, quando um dellles, o Sr. Dr. José Lourenço, mandou a sua custa abrir uma valla para dar-lhe saída.

Em uma chuva qualquer mais forte teremos de ver as casas daquella rua innundadas, e talvez arruinar, e o tal empedramento revolvido, tornando-se intransitável a rua.¹⁰

O medo confirmou-se quando vieram as chuvas de março. Acumulou “*grande porção d’agoa nas ruas da Palma, e Formosa*” e formou-se “*um charco na travessa do armazém do sr. Barateiro [Rua da Palma]*”.¹¹ As construções e pavimentação elaborada na cidade não levaram em consideração o caminho das águas. À medida que aplainavam e calçavam as ruas, alteravam o fluxo das águas até o Pajeú, propiciando alagamentos onde antes não existiam.

João Nogueira (1980, p. 123-124), indica existência de um desses “caminhos” – riachos – que se formava nos tempos de chuvas no Centro de Fortaleza: a água vinha do Campo Amélia – atual praça da Estação – e entrava em confluência com as águas que corriam da Lagoinha até o Pajeú, passando antes, por um terreno que ficava vizinho ao local onde foi construído o sobrado do médico José Lourenço. Não é de se espantar o local onde a água acumulava.

Apesar de secar no período de estiagem, esses “riachos” eram importantes para que quando houvesse um novo período de chuva as águas voltassem a fluir. As construções que aplainavam a cidade também colaboravam para obstruir esses caminhos criando novos pontos de alagamento. Costumeiramente afirma-se que Fortaleza é uma cidade plana. Fazem-se necessárias duas observações: a primeira é que não é possível afirmar isso sem levar em consideração a escala utilizada, e a segunda é que em Fortaleza não houve nenhum levantamento histórico sobre o aplainamento da cidade. Assim algumas pesquisas – por

questão de escala – podem até considerar Fortaleza uma cidade plana, ignorando essas rugosidades. No entanto, esse não foi o caminho adotado por este trabalho.

Oficialmente, o calçamento das ruas e travessas de Fortaleza começou em 1857. Mas desde 1852, a discussão já transitava nas sessões da Assembleia Provincial – no entanto, naquela época, aplainar as ruas era prioridade em relação ao calçamento.¹² No mesmo ano em que *O Cearense* publicou suas críticas, o presidente da província João Silveira de Souza justificava o investimento:

Reconheço que este melhoramento é um tanto dispendioso, mas concordarei também que se em toda a parte, é elle reputado uma necessidade de primeira ordem, em uma cidade edificada como esta sobre comodors de areia movediça, e causa de tantos incommodos, e até das enfermidades a quem transita pelas suas ruas, quer na estação chuvosa, quer sob o sol ardente dos seos verões, não pode deixar de sel-o com muito mais razão.¹³

O calçamento das ruas é apresentado como uma solução para domar as areias e as águas. Assim, entra na discussão mais um elemento que influenciou de forma significativa o caminho das águas. Acompanhando os relatórios dos presidentes de província e dos engenheiros é possível ter uma ideia do período em que cada trecho do centro da cidade foi pavimentado. O primeiro logradouro calçado da cidade, segundo essa documentação, foi a travessa da Thesouraria – também chamada na época do Erário, da Municipalidade e, depois, da Assembleia, atualmente, parte da rua São Paulo.¹⁴ No ano seguinte, a rua da Palma, um trecho da travessa das Flores e a rua do Quartel foram objeto do trabalho dos calceteiros – profissionais especializados em calçar as ruas.

Em 1865, o presidente Lafayette Rodrigues Pereira, dava o calçamento da cidade por completo, mesmo declarando que os trabalhos continuariam na Prainha e no caminho do Outeiro – e continuaram por muito tempo. Nesse ano, estavam calçadas as ruas dentro do perímetro demarcado pela rua Amélia, travessa do Garrote (São Bernardo), rua de Baixo (dos Mercadores) e travessa do Quartel (do Hospital) – atualmente, Senador Pompeu, Pedro Pereira, Conde D’eu e Dr. João Moreira, respectivamente. Além dessas ruas, eram calçadas a rua da Ponte, do Chafariz e da Alfândega – caminho que ligava a Alfândega ao Centro – e a travessa da Prainha – que ligava a matriz à capela de N. S da Conceição. Além de outras travessas próximas à Alfândega.

À medida que os trabalhos dos calceteiros avançavam, novos pontos de alagamento surgiam. Em 1859, a água empoçava na rua Amélia e na travessa das Flores. O presidente da província em seu Relatório pedia verba à Assembleia Provincial para a instalação de um cano de esgoto na interseção desses logradouros para dar vazão à água.¹⁵ No mesmo ano, foi produzido um relatório apresentado pelo engenheiro Adolpho Herbster e destinado ao presidente da província. Nele, o engenheiro chama a atenção para o escoamento da água:

O plano geral do calçamento acha-se hoje dividido em duas bacias principaes que desagoão, uma para o mar e outra para o lado oposto, formando a lagoa do Garrote

e a Lagoinha; sendo limitadas pela linha culminante do terreno que seguindo uma direcção paralela a costa, atravessa as praças, dos Educandos, Garrote, Municipalidade, Patrocínio, etc, etc.

A 1.^a destas bacias está sob dividida em 4 outras secundarias, duas das quaes despejo para o riacho do Pajeú, uma directamente para o mar e a ultima para a encruzilhada da rua Amelia com a travessa das Flores.

A 2.^a bacia geral está por ora subdividida em duas secundarias, tendo uma despejo para a lagoa do Garrote e outra para a Lagoinha. Com o augmento da edificação muitas outras bacias tem de serem criadas porem estas seis satisfazem hoje completamente a edificação existente, e são independentes de quaesquer outras que sejam preciso estabelecer-se.

Um unico cano d'esgoto é necessário para escoamento das agoas da bacia que tem fundo na encruzilhada da rua Amelia e da travessa das Flores, é porém esta obra de tanta necessidade que não é possível o proseguimento do calçamento d'aquella bacia sem a sua construcção primeiramente.¹⁶

Mesmo sem explicitar, o autor dá a ler a existência de uma circulação de água no Centro que as construções e o calçamento influenciavam: mostrando uma complexidade que ia além de ações localizadas. Além disso, é possível perceber a importância do riacho do Pajeú permanecer desobstruído, uma vez que, as duas bacias desaguavam nele – o Garrote era tributário desse riacho. O escoamento das águas passa a ser levado em consideração: a técnica é mobilizada para domar as águas. Em outro trecho, ele retoma o tema, explicando a importância e benefícios do melhoramento:

Este cano subterraneo que deve ter espaço suficiente para que um menino possa livremente andar no interior e de pé esta orçado em 8:000\$000 ou em 60\$000 por braça corrente: sendo sua embocadura no centro da encruzilhada da rua com a travessa, e o despejo na encosta do morro, entre o hospital da caridade e a cadeia. Escolhi esta não somente por serem escavações menores, como porque passando o cano no pateo interior do hospital (sendo completado o edificio) fica tambem servindo de cano de despejo do estabelecimento, o que não é de pequena vantagem.¹⁷

Para compreender o que representava o valor que deveria ser empreendido e o tamanho do investimento que o engenheiro demandava, faz-se necessário uma comparação. Para o ano de 1860, a Câmara Municipal de Fortaleza estava autorizada a despendar com toda a sua folha de pagamento, manutenção e outros gastos – durante todo o ano – a quantia de 15:278\$000 réis e toda a província dispôs de uma orçamento de 79:375\$944 réis, ou seja, o gasto com o cano representaria mais da metade dos gastos da municipalidade e um décimo dos gastos previstos para todo o Ceará.¹⁸

O fim da bacia citada no cruzamento da rua Amélia com a travessa das Flores indica o volume das intervenções e aterramentos, que mudaram completamente o caminho das águas na cidade. Além disso, à proporção que mais áreas eram calçadas mais intervenções se faziam necessárias. Com as ruas empedradas e aplainadas, a água das chuvas infiltrava com mais dificuldade no solo e não contava mais com a força da gravidade para auxiliar no escoamento. Assim, a não realização de novas obras poderia colocar todo o trabalho até ali

a perder. Uma vez que as chuvas não tardariam! Após algumas medidas que não surtiram o resultado esperado, teve início a instalação do cano, concluída em 1864.

Contudo, mesmo com o investimento e o estudo do engenheiro da província, a água pluvial continuou se concentrado na rua Amélia, agora no cruzamento com a rua da Misericórdia, ameaçando o muro da cadeia. Sobre isso, escreveu o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello:

Por effeito das chuvas torrencias, que cahiram nêsta capital no mez de maio, dasabou uma parte do muro que cinge esse edificio. Este damno, que se calcula 4:000\$000, é devido em grande parte à má construcção de tijolo e barro e á existência de formigueiros no alicerces.

A muralha está sendo reconstruída a tijolo e cal.¹⁹

Poucos anos depois, o muro volta a cair, dessa vez não era possível colocar a culpa nas formigas. Sobre as providências para tentar manter o muro de pé, o presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque escreveu:

Mandei também construir um calçada em toda a frente do edificio da cadeia publica no prolongamento da rua da Misericórdia, obra urgente, principalmente pela necessidade de dar-se esgoto ás águas pluviais, que de diferentes pontos da cidade ali vão ter.²⁰

Mesmo após os consertos realizados, no ano seguinte o muro da cadeia voltou a cair.²¹ Em 1873 o mesmo trecho ainda acumulava água.²² Na noite de 13 de abril, choveu em grandes proporções na cidade alagando diversas casas no mesmo logradouro. Com o título “Inundação” o jornal *Cearense* publicou:

A chuva torrencial que cahiu sobre esta cidade na noute de 13 do corrente, inundou muitas cazas das ruas Formosa, Amélia, Chafariz e outras.

Á grade do cano que dà esgoto as águas pluviaes das ruas das Flores e Formosa estava feichada, e então as águas não encontrando vazão, espraíram se invadiado grande parte das cazas adjacentes, cujas famílias despertaram com a inundação, que cauzou alguns prejuízos.

Ha pouco fisemos uma reclamação nesse sentido, como porem não se tratava de uma medida eleitoral, que convinha tomar-se, a câmara nenhuma attenção prestou, e eis que se realisarão nossas previsões.

Diz o annexim - o brasileiro só feicha a porta depois que é roubado - agora é provável que a câmara se *digne* tomar alguma providencia.²³

Em nota seguinte, o periódico aponta outros prejuízos:

Abateu uma das muralhas de revestimento do lado do sul, da fortaleza de N. S. da Assumpção e informam-nos que não ficará só n'isso, as outras muralhas ameaçam ruína.

— Grande parte da rampa da rua do General Sampaio, que ha pouco se tinha reparada, foi levada pelas águas.

Contam-se ainda outros desmoronamentos, mas sem significação.²⁴

Não bastava construir o cano, era preciso deixá-lo em boas condições de funcionamento ou, pelo menos, aberto. No entanto, mesmo querendo trazer o problema para os meandros da política partidária, o jornal publicou que outros pontos – além dos que se relacionavam ao não funcionamento do esgoto – sofreram alagamento. João Nogueira (1981, 123-125) escreveu que em 1938 era possível observar nas construções mais antigas a existência de calçadas altas e batentes nas portas das casas que remontavam aos alagamentos de outrora nesses logradouros.

Em 1874 as chuvas tardaram – todo o mês de janeiro acumulou apenas 35 mm – mas não faltaram.²⁵ Após um mês de fevereiro com boas chuvas e um começo de março desalentador, as grandes chuvas tiveram início no dia 24 de março – 94 mm.²⁶

A noute de 28 deste mez [março] cahiu sobre esta capital uma chuva torrencial, que causou bastantes estragos. Houve uma innundação quasi geral: casas houve onde água elevou-se a um palmo; Deram-se vários desabamentos de cazas e muros.

A rampa da estação da via férrea ficou inutilisada completamente, fasendo as aguas grandes escavações. Muitos edificios, ameaçam ruina; a muralha da cadeia publica não poderá, certamente, resistir a invernada.

As cazas próximas aos canos de esgoto foram as que mais soffreram, por que alem de não comportarem os canos o immenso volume das águas, acresceu que o lixo do calçamento levado pela corrente, amontoou-se todo ao redor da grade collocada sobre o cano da rua Formosa, vedando assim o escoamento.

O pluviometro marcou 120 milímetros.²⁷

Além disso, as imagens da Igreja do Patrocínio foram retiradas às pressas e levadas para a Matriz pelo risco de desabamento.²⁸

O inverno este anno tem sido rigorosíssimo, só comparável ao de 1866. Quasi toda provincia se resente mais ou menos dos enormes estragos produzidos pelas chuvas. [...] Todo este mez tem chuido compiosamente, quase sem interrupção. Se não houver um estio, pouco legume se aproveitará.²⁹

Anos antes, fazia-se necessário construir na rua Amélia outro cano, mais caro que o anterior, orçado em 20:000\$000 réis.³⁰ Para esse não houve acordo. Nada de bueiro! Tentou-se dar um jeitinho caprichando na inclinação, nivelamento e levantando paredões. No entanto, o muro da cadeia – e de outras construções – continuou ameaçado a cada estação chuvosa. Em 1863, estava em construção um esgoto de 23 braças à rua do Chafariz – orçado em 883\$380 réis.³¹ Além de bueiros, a obra de calçamento da cidade demandou um constante deslocamento de areia, visando nivelar os logradouros: declives eram aterrados e desníveis eram suavizados. Em 1866, a praça da Municipalidade e a rua do Mercado receberam as areias que “abundavam” na rua São Bernardo.³²

Fortaleza mudava e alterava toda a região próxima, extraindo materiais para as construções ou abrindo espaço para elas. No espaço de poucos anos é possível perceber mudanças nas narrativas sobre a cidade. Robert Avé-Lallemant (1961, p.17) médico e

naturalista – registrou no segundo volume do seu livro *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859* as seguintes impressões:

Ceará [Fortaleza], vista pelo mar, é realmente bonita. Seu ponto central é um forte imponente, motivo pelo qual era antigamente chamada de Villa do Forte. Ao lado desse forte, uma igreja branca, completamente nova, e do outro, um hospital novo, ainda não inteiramente acabado, cuja metade deverá ser ocupada por um liceu. Na extremidade mesmo, fica ainda uma cadeia, casa de detenção. (...) As ruas são orientadas conforme os pontos cardeais, como traçadas por bússola, tendo, em parte, bonitas casas. Algumas de bom calçamento, que, contudo, em outras, não passam ainda de barricadas.

Avé-Lallemant dá conta da existência de uma cidade em construção, com obras públicas, belas casas e com a cidade apenas parcialmente calçada. Anos depois a cidade ganhara outros ares, conforme escreveram Louis e Elizabeth Agassiz (2000, p. 408) – viajantes-naturalistas – em seu livro *Viagem ao Brasil 1865 - 1866*:

Gostei do aspecto da cidade do Ceará [Fortaleza]. Agrada-me as suas ruas largas, limpas e bem calçadas, ostentando toda sorte de cores, pois as casas que as ladeiam são pintadas nos mais variados tons. Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de moças com alegres toaletes, e os grupos masculinos enchem as calçadas, conversando e fumando. Ceará não tem esse ar triste, sonolento, de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade.

Quando Louis e Elizabeth Agassiz estiveram em Fortaleza, o calçamento na parte central da cidade já estava consolidado. No entanto, o olhar do viajante é marcado pelas finalidades das suas obras e viagens, estilos literários ou/e da escrita científica vigentes, preconceitos e conceitos (PRATT, 1999, *passim*).³³ Assim, ao descrever Fortaleza, os viajantes não poderiam separar o que viam das suas experiências anteriores. Faz-se oportuno discutir que esse “aformoseamento” era apenas para uma parte da cidade e da população, consolidado através de exclusão. Sobre o embelezamento da cidade Frederico de Castro Neves (2000, p. 31) escreveu:

A beleza da cidade foi construída pelas “múmias famintas” e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877, apresentados, nos relatórios, como simples “melhoramentos publicos, resultantes da sêcca”.

No final da década de 1870, o calçamento da capital ganhou novo impulso com o emprego dos trabalhadores que migraram para Fortaleza por conta da Seca de 1877-78 – empregaram os que perderam quase tudo com a falta de água para controlar as águas na capital. Sem acesso ao “melhoramento” urbano, muitos continuaram morando nas areias – no Outeiro e no morro do Moinho. Expostos aos altos e baixos e à lama.



Nos meandros da política imperial no Ceará, as obras públicas eram monumentos: faziam lembrar. Para o historiador, não é possível pensar nos monumentos desatrelando-os de sua “perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas sobretudo enquanto instrumento de poder” (LE GOFF, 1990, p. 548). Assim, os textos oriundos dos periódicos *Diário da Assembleia Provincial*, *O Cearense*, *Dezesseis de Dezembro* e *Pedro II* não poderiam ser tratados como receptáculos dos “dados” sobre as enchentes do século XIX, pois são partes significativas do fazer-se da cidade.

Já são conhecidas pelos historiadores as análises em torno das construções discursivas envolvendo a seca de 1877. As “elites do norte” – a partir de “um tema que sensibiliza nacionalmente” – passaram a utilizar a seca como argumento para solicitar recursos e investimentos (Albuquerque Junior, 2007, p. 242). Ora, alguma coisa precisava ser feita! Contudo, conforme aponta Durval Muniz Albuquerque Junior (2007, p. 242), a partir desse momento “a seca torna-se ‘o problema do Norte’ e a explicação para todos os demais problemas”. Para a consolidação desse objetivo, fazia-se necessário uma história homogênea em torno das dificuldades naturais vigentes. Daí talvez se origine o pouco interesse pela história das enchentes no Ceará – pois elas não aconteciam apenas em Fortaleza³⁴.

Em Fortaleza, o presidente da província utilizava as enchentes para demandar recursos para as obras públicas – para evitar ou remediar catástrofes. A oposição questionava a utilidade ou/e qualidade das obras erigidas. Os usos “eleitoreiros” das obras públicas não estiveram separados da história das chuvas, dos alagamentos, das enchentes, ou seja, dos (des)caminhos da água em Fortaleza.

Notas

1 - Correio da Assembleia Provincial, 06 jun 1839, p. 4.

2 - MIRANDA, João Antonio de. *Discursos que recitou o Exm. Presidente desta província na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 37.

3 - Correio da Assembleia Provincial, 22 Jun 1839, p. 2.

4 - *O Cearense*, 13 jan 1847, p. 2-3.

5 - MIRANDA, João Antonio de. *Discursos que recitou o Exm. Presidente desta província na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 50.

6 - VASCONCELLOS, Ignacio Correia de. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma província*. Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847, p. 20.

7 - AGUIAR, Fausto Augusto de. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará*. Fortaleza: Typ. de Francisco Luiz Vasconcellos, 1848, p. 21.

8 - MOTTA, Vicente da. *Relatório do presidente na abertura da 20ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Legislativa*. Fortaleza: Typ. Brasillense, 1854, p. 11.

9 - *O Cearense*, 17 abr 1855, p. 4.

10 - *O Cearense*, 09 fev 1858, p.1-2.

11 - *O Cearense*, 7 maio 1858, p. 3.

12 - *Pedro II*, 28 set. 1852, p. 2.

13 - SOUZA, João Silveira de. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1858, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1858, p. 14.

14 - BARRETO, Francisco Xavier Paes. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao terceiro vice-presidente da mesma o Excelentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães em 25 de março de 1857*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1857, p. 12.

15 - SOUSA, João Silveira de. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1859, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma província*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1859, p. 14.

16 - HERBSTER, Adolpho. *Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster*. Fortaleza: Typ Cearense, 1859, p. 5.

17 - HERBSTER, Adolpho. *Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster*. Fortaleza: Typ Cearense, 1859, p. 5.

18 - OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similar. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009, p. 361-362; MELLO E ALVIM, João da Souza. *Relatório com que o Ex.mo Senhor Tenente-coronel de engenheiros João da Souza Mello e Alvim, presidente da província do Ceará passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor 1.º Vice-presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867*. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1867.

19 - HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello Na 1ª Sessão Da 22.ª Legislatura Em 1.º De Julho De 1866*. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1866, p. 35-36.

20 - ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcante de. *Relatório com que passou a administração da província o Exm. Sr. Presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque ao 2.º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Coronel Joaquim da Cunha Freire*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1969, p. 12.

21 - HENRIQUES, João Antonio de Araújo Freitas. *Falla com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª Sessão da 18ª Legislatura da Assembléa Provincial do*

Ceará no dia 1º de Setembro de 1870. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1870, p. 31.

22 - *Cearense*, 16 Abr. 1873, p. 02.

23 - Inundação. *Cearense*, 16 abr 1873, p. 2.

24 - Desmoronamento. *Cearense*, 16 abr 1873, p. 2.

25 - Trovoada. *Cearense*, 1 fev 1874, p. 2.

26 - Chuvas. *Cearense*, 26 mar 1874, p. 2.

27 - Inundação. *Cearense*, 31 mar 1874, p. 2.

28 - Igreja do Patrocínio. *Cearense*, 19 abr 1874, p. 2.

29 - Inverno. *Cearense*, 22 abr 1875, p. 2.

30 - AZEVEDO, Manoel Antonio de. *Relatório que a Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 o presidente da província Doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo*. Fortaleza: Typ. Brasileira de Paiva & Companhia, 1861, p. 17.

31 - FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa No Dia 9 De Outubro De 1863*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1863, p. 39.

32 - HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração da província ao Excelentíssimo Senhor João de Souza Mello e Alvim no dia 6 de Novembro de 1866*. Fortaleza: Typ. Brasileira de João Evangelista, 1867, p. 8.

33 - Para Mary Pratt quando se estuda um relato de viagem – principalmente os produzidos por naturalistas – se faz necessário “descolonizar o conhecimento”. Ou seja, levar em consideração as funções – normalmente, colonizadora e imperialista – e as redes que dialogam com essas publicações.

34 - Durante a pesquisa encontrou-se registros de enchentes em diversas cidades do Ceará. Além disso, existem dissertações sobre as enchentes em Jaguaruana e Aracati, ver, respectivamente: (SILVA, 2006); (DINIZ, 2014).

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865–1866)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961.

BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em 1810*. [1882] Revista do Instituto Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1912.

CASTRO, José Liberal. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

DINIZ, José Nilo Bezerra. *Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914)*. 201f. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

FUNES, Eurípedes; RIOS, Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; MAIA NETO, Emy Falcão (orgs.). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu (São Paulo, 1890-1940)*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *SÃO PAULO DAS ENCHENTES, 1890-1940*. *Histórica* - revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Nº 47, 2011.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (províncias do Norte)*. [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972.

LE GOFF, Jacques. *História e memória Campinas*. SP: Editora da UNICAMP, 1990.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC / Arquivo Público do Ceará, 2006.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. 2ª Ed. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação o espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

SEDREZ, Lise. Fernanda; MAIA, Andrea Casa Nova. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 2, p. 221-254, 2011.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. *Nos Caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe: Memórias das enchentes em Jaguaruana – CE (1960, 1974, 1985)*. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

STUDART, Guilherme. *Geografia do Ceará*. [1924] Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

Recebido em 05/06/2014